

Cotas raciais ou sociais? Nenhuma das duas: Por programas de ação afirmativa nas universidades federais¹

Leandro R. Tessler²

O projeto de lei 73/99, que determina cotas raciais e para estudantes de escolas públicas em todas as universidades federais do país (Lei de Cotas), tem sido foco de acaloradas discussões. Dois manifestos foram encaminhados ao Congresso, um contrário e um favorável a sua aprovação. Claramente não há consenso nem no governo federal. Os ministros Tarso Genro (Relações Institucionais) e Fernando Haddad (Educação) recentemente passaram a defender cotas sociais em lugar de cotas raciais. Já a ministra Matilde Ribeiro (SEPPIR) continua defendendo cotas raciais.

O grande equívoco nessas discussões é apresentar cotas, ou seja, reserva de vagas, como a única possibilidade de ação afirmativa. Cotas são uma forma obsoleta de políticas afirmativas, em desuso há muitos anos nos Estados Unidos. Ao contrário do que muitos afirmam, cotas foram declaradas inconstitucionais pela Suprema Corte e são proibidas por lá desde 1976. Ainda assim, muitas das boas universidades americanas adotam programas de ação afirmativa até hoje.

Uma experiência brasileira muito bem sucedida é o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (PAAIS) da Unicamp, adotado desde 2005 pela Unicamp. O PAAIS preserva três valores universitários fundamentais: autonomia, mérito e inclusão social. Concebido pela própria universidade, ele prevê no lugar de cotas, a adição de pontos no vestibular para egressos de escolas públicas e mais pontos para os que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas. O efeito do PAAIS em seus dois anos de existência foi expressivo. O número de egressos de escolas públicas aumentou 22%. O número de pretos, pardos e indígenas aumentou 31%. Em 31 dos 56 cursos da Unicamp, incluindo Medicina (o mais concorrido), os beneficiados pelo PAAIS apresentam um rendimento acadêmico superior aos demais estudantes após um ano na universidade. Ao contrário do que muitos imaginam, programas de ação afirmativa bem feitos podem aumentar a qualidade dos estudantes universitários.

O PAAIS mostrou que as universidades podem usar sua autonomia e encontrar soluções para a inclusão social com resultados acadêmicos e sociais consideráveis. Impor cotas como a única forma de ação afirmativa pode colocar em risco o sistema de

¹ Artigo Publicado no jornal Zero Hora, de Porto Alegre, em 25 de agosto de 2006.

² Leandro R. Tessler, 44, bacharel em física pela UFRGS, Ph. D. pela Tel Aviv University, é professor do Instituto de Física da Unicamp e Coordenador Executivo da Comissão de Vestibulares da Unicamp.

universidades federais brasileiras. Desqualificar os argumentos pró-cotas e não apresentar uma alternativa melhor pode perpetuar a exclusão na sociedade brasileira.